

Contabilidade: Prática Social e Discurso

JOÃO PAULO DE BRITO NASCIMENTO

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

FERNANDA FILGUEIRAS SAUERBRONN

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

CARLA LEILA OLIVEIRA CAMPOS

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão teórica acerca da contabilidade como prática social e discursiva e dos papéis específicos que ela desempenha no meio social. Essa perspectiva está alinhada aos estudos críticos em contabilidade, que questionam o caráter meramente informacional da linguagem contábil. Ao conceber a contabilidade como uma prática social, a perspectiva crítica a compreende como um conjunto de práticas discursivas que opera na criação da realidade social por meio da linguagem. Para o desenvolvimento deste ensaio, imergimos nessas discussões acerca da contabilidade como prática social e sua atuação na mediação da ação social. Apresentamos também estudos sobre os papéis que a contabilidade assume nos contextos em que se faz presente. Entendendo que a contabilidade não é neutra, pois possui fins ideológicos que podem ser apropriados em uma situação de polarização em contextos de conflito, argumentamos que as teorias linguísticas advindas do pós-estruturalismo e a análise do discurso fornecem arcabouço teórico-metodológico profícuo para a abordagem das questões que envolvem a contabilidade como prática social. Como prática discursiva, a contabilidade, em contraponto aos pressupostos de objetividade e confiabilidade, pode assumir diferentes significados que sustentam perspectivas e objetivos conflitantes de acordo as relações de poder, operando na mediação de interesses divergentes e criando uma estrutura simbólica por meio da qual o discurso ocorre e a ação pode ser alcançada. Para entender como a contabilidade desempenha esses papéis, é importante que observemos o contexto social em que ela é utilizada. Assim, o foco das pesquisas na área deve direcionar-se para o entendimento da maneira como a contabilidade se incorpora nos diversos campos da vida social.

Palavras-chave: Contabilidade, Prática social, Discurso, Papéis da contabilidade.

1. Introdução

O presente ensaio tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da contabilidade como prática social e discursiva e dos papéis específicos que ela desempenha no mundo social. Para tanto, vinculamo-nos à literatura contábil crítica, que apresenta uma perspectiva alternativa aos estudos dominantes que abordam o papel informacional da contabilidade. Recorremos também à perspectiva linguística que compreende a linguagem como um processo de seleção entre as diversas possibilidades de dizer, processo esse influenciado por fatores históricos, relações sociais e posicionamentos ideológicos.

A compreensão da contabilidade como prática social e institucional surgiu na década 1980, período a partir do qual a contabilidade passou a ser entendida como uma forma de ação no mundo social (Burchell, Clubb, Hopwood, Hughes, & Nahapiet, 1980, Gallhofer & Haslam, 1991, Hopwood, 1983, 1987, Miller, 1994, Morgan, 1988, Walker, 2016). Nesse sentido, a contabilidade é influenciada por um conjunto de valores e comportamentos ideais (Roberts & Scapens, 2005) e não pode ser entendida como neutra (Miller, 1994), pois exerce importante papel na mediação da ação social, tendo a capacidade de legitimar e direcionar decisões com consequências sociais, políticas e econômicas (Gallhofer & Haslam, 1991).

Com o objetivo de demonstrar os usos efetivos da contabilidade nas práticas sociais e os papéis por ela desempenhados, Burchell *et al.* (1980) desenvolveram o quadro teórico da contabilidade como máquinas. Assim, cada papel desempenhado pela contabilidade recebeu uma categorização específica: máquina de resposta, máquina de aprendizagem, máquina de munção e máquina de racionalização.

Ao conceber a contabilidade como uma prática social, a perspectiva crítica a compreende como um conjunto de práticas discursivas que opera na criação da realidade social por meio da linguagem (Arnold & Hammond, 1994, Ashraf, Muhammad, & Hopper, 2019, Cooper, 1980, Burchell *et al.*, 1980, Gallhofer & Haslam, 2003, Hopwood, 1983, 1987, Miller, 1994, Morgan, 1988, Roberts & Scapens, 2005). Essa visão está vinculada às correntes de pensamento pós-estruturalistas que questionavam a relação entre verdade e razão, defendendo que a linguagem é filtrada pelos discursos sociais e pelas ideologias que os atravessam. Contribuiu também para a discussão o movimento denominando “virada linguística” ou “giro linguístico”, que produziu uma profunda mudança nas ciências, ao reconhecer o papel da linguagem na mediação entre as teorias e a realidade que buscavam explicar (Macintosh, 2007, 2009).

Assim, na criação da realidade social, a contabilidade deve ser estudada em contexto discursivo, analisando como discursos estratégicos e concorrentes podem ser mobilizados nas disputas de poder (Lim, 2000). A própria aura de objetividade atribuída à contabilidade deve ser entendida como um efeito de sentido, que, ao operar discursivamente, confere legitimidade à contabilidade, desconsiderando o fato de que o discurso contábil emerge de batalhas históricas e institucionais. E que ele assume, enquanto fenômeno ideológico, múltiplos significados sociais, especialmente em contextos de disputa (Burchell *et al.*, 1980, Ding & Graham, 2007, Gallhofer & Haslam, 2003, Hines, 1988, Macintosh, 2007, 2009, Morgan, 1988).

Ao entendermos a contabilidade como uma prática discursiva, consideramos que a linguagem é uma forma de ação sobre o mundo e sobre os sujeitos. Nesse sentido, a análise do discurso mostra-se como um campo de estudo profícuo para a compreensão das formas como a linguagem contábil atua nos processos sociais.

Alinhados a essas discussões e buscando atender ao objetivo deste trabalho, o presente ensaio está estruturado em três partes. Na primeira, "Contabilidade como prática social", revisitamos os estudos da contabilidade crítica que discutem a atuação da contabilidade na mediação da ação social. No tópico seguinte, intitulado "Os papéis da contabilidade", partindo do estudo seminal de Burchell *et al.* (1980), apresentamos os papéis que a contabilidade pode assumir na prática social. Finalmente, em "Contabilidade e discurso", argumentamos como as teorias da linguagem, especialmente aquelas vinculadas à análise do discurso, podem trazer importantes contribuições para os estudos da contabilidade como prática social.

2. Contabilidade como Prática Social

A contabilidade, a partir da década de 1980, passou a ser vista também como uma prática social e institucional (Miller, 1994), que se constrói por meio da interação de uma série de instituições que reivindicam para ela um significado social mais amplo, não podendo ser concebida como um fenômeno puramente organizacional ou financeiro. A contabilidade, também, deve ser analisada como uma ação no âmbito social e como um fenômeno presente nas sociedades (Burchell *et al.*, 1980, Gallhofer & Haslam, 1991, Hopwood, 1983, 1987, Morgan, 1988, Walker, 2016).

Nessa perspectiva, a contabilidade exerce forte influência na mediação da ação social, sendo capaz de legitimar e direcionar decisões com consequências político-econômicas que, em suas essências, são controversas por natureza (Gallhofer & Haslam, 1991, p. 493).

A contabilidade não pode mais ser entendida como neutra, pois suas práticas afetam o mundo, a realidade social em que vivemos, a maneira por meio da qual fazemos escolhas e administramos nossa vida social e organizacional (Miller, 1994). A contabilidade envolve ainda a comunicação de um conjunto de valores, comportamentos ideais a partir do que é considerado aprovado e reprovado (Roberts & Scapens, 2005).

Os estudos críticos questionam a visão da contabilidade com uma ferramenta técnica neutra capaz de resolver conflitos sociais e enfatizam o papel ideológico da contabilidade na legitimação de atividades corporativas (Arnold & Hammond, 1994). Logo, a contabilidade passa a ser compreendida como um fenômeno mutável que se inter-relaciona com o contexto sociopolítico e econômico mais amplo no qual se insere (Burchell *et al.*, 1980, Gallhofer & Haslam, 1991, Hopwood, 1983, 1987).

As consequências ideológicas da contabilidade são influenciadas pelo modo como a contabilidade é percebida e a sua visão como aparentemente neutra e independente contribui para a ideologia de maior produtividade dos sistemas contábeis (Gallhofer & Haslam, 1991, p. 488-489).

Inspiradas no conceito de ideologia de Eagleton (1991), para quem a ideologia surge da relação do enunciado com o seu contexto social, Arnold e Hammond (1994, p. 112) defendem que a linguagem contábil reflete os interesses de poder a que ela serve e os efeitos políticos por ela gerados. Para as autoras, é fundamental, portanto, em um contexto de disputa, definir os interesses políticos subjacentes à controvérsia para compreender o papel ideológico da contabilidade nos debates. Assim, consideram que um discurso é ideológico se funcionar para legitimar certos interesses na luta pelo poder (Arnold & Hammond, 1994, p. 118).

Na análise de um caso de tomada de decisão em relação à terceirização de serviços de instalações militares na Força de Defesa Dinamarquesa, Christensen, Skærbæk e Tryggstad (2019, p. 1) concluíram que os dados contábeis podem desempenhar papéis variáveis, ou

versáteis, nas palavras dos autores, quando forjados em determinadas circunstâncias e sujeitos à pressão resultante da incompatibilidade. Isso ocorre porque as inscrições contábeis têm a capacidade de alterar a transmissão de uma mensagem, produzindo um efeito de sentido totalmente diferente do esperado inicialmente, o qual os próprios criadores dessas inscrições não poderiam antecipar quando de sua divulgação.

Nesse sentido, Arnold e Hammond (1994, p. 124) também observaram que, em um caso de desinvestimento sul-africano, grupos subordinados também usaram de dados relativos à divulgação social e à demanda por responsabilidade corporativa com o intuito de questionar a ideologia dominante e politizar decisões de investimento institucional. Isso mostra o caráter político e versátil que a informação contábil pode assumir ao fundamentar diferentes demandas de grupos em disputa.

Em estudo semelhante sobre o uso da contabilidade em situações de disputa, no caso, em debates sobre desinvestimento em uma universidade canadense, Neu e Taylor (1996, p. 437) argumentaram que o efeito ideológico do discurso contábil envolve a exclusão de outras narrativas e posições de valor. Nesse sentido, concluíram que a contabilidade é capaz de cumprir essa função não só porque se harmoniza com outros discursos, mas também porque é distribuída de modo assimétrico.

Analisando a negociação acionária das empresas do governo chinês no mercado de ações de Xangai e Shenzhen, Ding e Graham (2007, p. 576) sustentaram que a contabilidade é uma ferramenta maleável e isenta de neutralidade. No caso estudado, a contabilidade foi utilizada para estruturar o que poderia ser dito sobre o conjunto de relações, nomeando o evento como um problema de investimento e estabelecendo essa interpretação como a preferida e permitida pelo governo. Todavia, como a contabilidade, no nível complexo da sociedade, pode servir a propósitos heterogêneos, essa interpretação foi contingente e sujeita a disputa.

Isso é possível porque os valores contábeis são dotados de uma plasticidade que possibilita que os grupos de poder os utilizem para sustentar narrativas que promovam seus interesses (Ashraf, Muhammad, & Hopper, 2019, Cooper, 1980). Dessa forma, os valores contábeis são passíveis de assumir sentidos e significados diferentes em discursos concorrentes e de apoiar diferentes hegemonias (Gallhofer & Haslam, 2003).

Assim, como afirmado anteriormente, a contabilidade não é neutra, pois possui fins ideológicos que podem ser apropriados em uma situação de polarização do discurso social em contextos de conflito (Arnold & Hammond, 1994). Esse posicionamento confirma, pois, que a linguagem contábil não é dotada de objetividade, mas é polissêmica e que suas consequências não necessariamente têm relação próxima e automática com os objetivos pelos quais ela foi introduzida (Ansari & Euske, 1987).

Buscando demonstrar como a contabilidade atua nas práticas sociais, o quadro teórico de Burchell *et al.* (1980), que será apresentado na próxima seção, oferece importantes direcionamentos para a operacionalização da análise sobre os papéis da contabilidade nas organizações e na sociedade.

3. Os Papéis da Contabilidade

Como discutido no tópico anterior, desde a década de 1980, questionamentos acerca da racionalidade do conhecimento contábil vêm se expandindo e se fortalecendo em estudos da área (Hopwood, 1983, 1987, Walker, 2016). As pesquisas que desafiam a visão racional do papel da contabilidade na tomada de decisão argumentam que as informações contábeis são

parciais, ideológicas, manipuláveis, versáteis e podem ser utilizadas para atender a interesses diversos e, muitas vezes, conflitantes.

Nessa vertente, a contabilidade é entendida como uma linguagem (Silva & Casa Nova, 2018), e, por isso,

tem sido vista como implicada na operacionalização de distinções econômicas e sociais dominantes, na criação de fronteiras simbólicas entre agentes sociais concorrentes e na provisão de uma base sobre a qual racionalidades e missões podem ser construídas e promovidas¹. (Burchell *et al.*, 1980, p. 19-20).

No artigo "*The roles of accounting in organizations and society*", Burchell *et al.* (1980) desenvolveram uma estrutura teórica que apresenta quatro papéis que auxiliam no entendimento da atuação da contabilidade, são eles: máquinas de resposta (*answer machines*), máquinas de aprendizagem (*learning machines*), máquinas de munição (*ammunition machines*) e máquinas de racionalização (*rationalization machines*).

Para compreender o funcionamento da linguagem contábil na criação das racionalidades e missões da contabilidade, apresentamos, a seguir, como Burchell *et al.* (1980, p. 14-15), explicam o funcionamento dos quatro papéis na prática contábil:

- a) **máquinas de respostas:** em contextos de baixa incerteza quanto aos objetivos e causas e efeitos da ação, os sistemas contábeis criam e fornecem a informação para tomada de decisão, por meio da presunção ou imposição de formas particulares de racionalidades econômicas e científicas;
- b) **máquinas de aprendizado:** em contextos de baixa incerteza em relação aos objetivos da ação, mas incertezas quanto a suas causas e efeitos, os sistemas contábeis fornecem assistência e subsídio para apoiar a tomada de decisão, buscando sanar dúvidas, responder perguntas e explicar presunções;
- c) **máquinas de munição:** em contextos de incerteza ou desacordo sobre os objetivos, mas relativa certeza sobre as causas e efeitos, os valores, princípios, perspectivas e interesses entram em conflito e os sistemas contábeis são os meios pelos quais e por meio dos quais, nos processos políticos de tomada de decisão, as partes interessadas buscam promover suas posições particulares;
- d) **máquinas de racionalização:** em contextos de incerteza em relação aos objetivos e às causas e efeitos da ação, os sistemas contábeis buscam legitimar e justificar ações já praticadas, contextualizando as informações necessárias para determinadas ações no passado.

Para as máquinas de respostas e aprendizado, Burchell *et al.* (1980, p. 15) entendem que já são adequadamente abordadas na literatura contábil, principalmente pelo seu viés de caráter instrumental, objetivo e de baixa incerteza. A discussão dos papéis das máquinas de munição e racionalização requer a compreensão da contabilidade mais como construção do que como representação, pois, desempenhando esses papéis, ela constitui territórios, responsabilidades e identidades organizacionais (Miller & Power, 2013, Mouritsen & Kreiner, 2016), na medida em que é utilizada para justificar posicionamentos e linhas de ação particulares.

Desse modo, a contabilidade pode desempenhar vários papéis em situações de tomada de decisão em que existam conflitos (Burchell *et al.*, 1980, p. 15). Como máquina de munição, por exemplo, a contabilidade é entendida por sua atuação no processo de apoio e sustentação de interesse próprio e tem sido também sugerido que ela desempenha um papel relevante na

expressão de valores e na formação de identidades organizacionais e institucionais (Chenhall, Hall, & Smith, 2017, Rowe, Shields, & Birnberg, 2012).

O pressuposto da máquina de munição é que os sistemas contábeis são frequentemente usados para articular e promover posições e valores particulares devido aos conflitos constituintes das interações organizacionais e/ou institucionais. Nesse sentido, os processos de tomada de decisão, longe de serem coesos e racionais, são políticos e sua gestão envolve os sistemas contábeis (Burchell *et al.*, 1980, p. 17).

Esses sistemas, em vez de unicamente fornecerem informações para tomada de decisões, podem influenciar os critérios por meio dos quais essas informações são selecionadas, organizadas e avaliadas. Logo, os sistemas contábeis, ao influenciar a linguagem utilizada na negociação e no debate, podem ajudar a moldar a própria concepção do que é problemático, a solução considerada confiável e os critérios usados na seleção de tal solução (Burchell *et al.*, 1980, p. 17).

Os sistemas contábeis contribuem, portanto, no processo de definição de interesses, em vez de simplesmente expressar interesses pré-existentes, tornando-se mecanismos em torno dos quais os posicionamentos são negociados, contrarreivindicações são articuladas e processos políticos são explicados. Dessa forma, esses sistemas podem influenciar a linguagem, as categorias, a forma e, até mesmo, o momento em que o debate ocorre (Burchell *et al.*, 1980, p. 17).

Na contabilidade como munição, “os usos naturais da informação foram identificados como aqueles papéis que enfatizavam a forma como as pessoas nas organizações são influenciadas e, por sua vez, tentam influenciar os sistemas de informação”ⁱⁱⁱ (Ansari & Euske, 1987, p. 551). A máquina de munição fornece informações para legitimar as escolhas feitas e cria um entendimento comum do que é considerado mais apropriado, “usando informações para motivar o comportamento individual e de grupo, uso estratégico da informação para defender interesses próprios e exercer poder, e o uso da informação como munição para justificar ações”ⁱⁱⁱ (Ansari & Euske, 1987, p. 551).

Logo, a contabilidade integra a estrutura de dominação, facilitando o exercício do poder, ao ser utilizada como máquina de munição mobilizada por grupos específicos, justificando ações e influenciando atitudes e crenças, no intuito de exercer o seu poder sobre outros grupos (Ansari & Euske, 1987, Englund, Gerdin, & Burns, 2011, Macintosh & Scapens, 1990, Roberts & Scapens, 2005).

Conforme o entendimento de Ding e Graham (2007, p. 576), ao ser usada como munição em um processo de tomada de decisões, além de servir para construir uma “ordem simbólica dentro da qual os agentes sociais podem interagir” (Burchell *et al.*, 1980, p. 20)^{iv}, a contabilidade permite que outras vozes tenham a possibilidade de construir contra-argumentos. Portanto, no contexto da China socialista, o “*framework* de Burchell *et al.* nos ajuda a ver como a contabilidade era usada para construir ou delimitar o que poderia ser dito sobre o evento”^v (Ding & Graham, 2007, p. 576).

Como máquinas de racionalização, os sistemas contábeis operam na justificação, legitimação e racionalização das decisões tomadas, utilizando-se muitas vezes de uma compreensão anterior ao surgimento da ação, com a finalidade de apresentar uma lógica consistente com os objetivos organizacionais e/ou institucionais (Burchell *et al.*, 1980, p. 18). Os desenvolvimentos contábeis complexos podem surgir a partir da necessidade de justificar e legitimar tomadas de decisões. Como exemplo, Burchell *et al.* (1980, p. 18) citam o estudo pioneiro de Pringle (1978), que descreveu como a análise de custo-benefício realizada por

autoridades britânicas na Índia, na metade do século XIX, orientou-se no sentido de justificar, em vez de decidir qual seria a decisão a ser tomada.

Portanto, enquanto máquinas de racionalização, os sistemas contábeis podem atuar como mediadores entre interesses divergentes, buscando legitimar e justificar posturas particulares, criando, assim, uma estrutura simbólica dentro da qual o discurso ocorre e por meio da qual a ação pode ser alcançada (Burchell *et al.*, 1980, p. 18).

A contabilidade como máquina de racionalização pode ser entendida pela sua ambiguidade na causalidade das relações meio-fim e nos objetivos (Ansari & Euske, 1987); isso porque “o mesmo sistema contábil pode ser usado para servir a uma variedade de finalidades, pois é usado por diferentes atores de diferentes maneiras”^{vi} (Burchell *et al.*, p. 18).

A racionalização possibilitada pela contabilidade está envolvida em justificar e criar legitimidade (Mouritsen & Kreiner, 2016, p. 24), uma vez que “a racionalização é *ex post*, o que implica que a contabilidade esconde uma hipocrisia organizacional fundamental”. Pois, “ocasionalmente, as soluções existem independentemente de problemas e preocupações e apenas aguardam uma oportunidade para se tornar um resultado de decisão”. Dessa forma, “a contabilidade produz a ‘evidência’ para os tomadores de decisão alegarem que a solução preexistente é, na verdade, uma solução para os problemas que constituíram a oportunidade de decisão” (Mouritsen & Kreiner, 2016, p. 24)^{vii}.

A contabilidade opera, portanto, direcionada para um futuro, identificando o que é problemático e apresentando soluções aparentemente críveis (Burchell *et al.*, 1980, p. 17). A contabilidade não descreve o mundo real, mas evidencia um conjunto de problemas previamente selecionados e apresenta soluções futuras para esses problemas, não sendo capaz de eliminar a ambiguidade e a incerteza (Mouritsen & Kreiner, 2016, p. 24).

Para demonstrar o funcionamento dos papéis da contabilidade, Burchell *et al.* (1980, p. 14-15) estabelecem uma relação entre os seus usos, as consequências e objetivos da ação. Para isso, os autores classificam os níveis de incerteza de causa e efeito e de objetivos como baixos ou altos.

Quando a incerteza dos objetivos e consequências da ação são baixas, a contabilidade trabalha como máquina de resposta. Já quando a incerteza em relação aos objetivos é baixa, mas alta quanto à causalidade, a contabilidade serve como máquina de aprendizado e como máquina de resposta, buscando absorver a incerteza. Já em um contexto em que há incerteza ou discordância em relação aos objetivos, mas relativa certeza sobre a causalidade, a contabilidade desempenha o papel de máquina de munição, por meio da qual as partes interessadas buscam promover suas posições particulares em um processo político em que há conflito entre valores, princípios, perspectivas e interesses (Burchell *et al.*, 1980, p. 15).

Por sua vez, em um contexto em que a incerteza é alta em relação aos objetivos, às causas e aos efeitos das decisões, a contabilidade atua como máquina de racionalização com o intuito de legitimar e justificar ações já decididas. Nesse papel, para além do dispositivo de justificação, a contabilidade funciona como um mecanismo de mediação de interesses divergentes para legitimar e justificar posturas particulares, criando uma estrutura simbólica, mediante a qual a ação poderia ser alcançada (Burchell *et al.*, 1980, p. 15).

Em processos de negociação e disputa, as máquinas de resposta e aprendizado desempenham papéis limitados, diferentemente das máquinas de munição e racionalização que, justamente por operarem em contextos de discordância e incerteza, exercem papel político nas negociações (Armernic, 1985, p. 250). Desse modo, o uso da informação contábil deve ser contextualizado, pois o momento histórico-social, as posições dos sujeitos, suas influências

institucionais e seus propósitos refletem nas formas como essa informação é selecionada e tratada nos textos.

Desse modo, concordando com Laughlin (1999), que defende que a contabilidade crítica requer empréstimos intelectuais de outras disciplinas como arcabouço teórico-metodológico para a abordagem de questões que envolvem a contabilidade como prática social, entendemos que os estudos da linguagem, sobretudo aqueles que emergiram do pós-estruturalismo, podem trazer importantes contribuições para a compreensão dos papéis sociais da contabilidade.

4. Contabilidade e Discurso

Na obra "*Accounting, accountants and accountability: poststructuralist positions*", Macintosh (2007) discute a influência das abordagens pós-estruturalistas na contabilidade, observando como os seus desenvolvimentos foram substituindo o que o autor denomina de perspectiva informacional que até então dominava os estudos contábeis.

O pós-estruturalismo, ao questionar a relação entre verdade e razão, defende que a linguagem é filtrada por discursos sociais contaminados ideologicamente e que desempenham um papel importante na formação do significado e pensamento na mente dos indivíduos. Dessa forma, a linguagem não pode ser entendida como neutra, pois ela é contraditória e foco de lutas históricas (Macintosh, 2007, p. 3-4).

Fundamentando-se, especialmente, nas teorias de Barthes, Baudrillard, Derrida, Foucault, Lyotard e Nietzsche, Macintosh (2007, p. 4) afirma que, apesar de cada um desses filósofos ter um olhar para um aspecto bastante diferente da comunicação, linguagem e discurso, seus trabalhos são permeados pela ideia de que o funcionamento e o uso da linguagem têm uma profunda influência na vida dos indivíduos.

Essas obras influenciaram sobremaneira o movimento conhecido como "virada linguística", adotado nos últimos anos na maioria das ciências sociais e humanas (Macintosh, 2007, p. 4). A virada linguística ou giro linguístico é uma expressão usada nos anos de 1970 e 1980 para designar uma

mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e as estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar. (Gracia, 2005, p. 19).

Esse fenômeno não é um fato preciso, pois possui várias vertentes ao longo do seu desenvolvimento, com trajetórias distintas e diferentes agendas (Surkis, 2012, p. 712), que comungam da ideia de que "não é para nossa mente que temos que olhar, mas para nossos discursos públicos, linguísticos e objetivados" (Gracia, 2005, p. 25).

A importância dada pelas ciências ao estudo da linguagem no século XX deve-se a uma ruptura com a tradição filosófica voltada para a comparação e a evolução histórica das línguas, bem como com a hegemonia da filosofia da consciência, centrada no pressuposto de que, para conhecer o mundo exterior, era preciso investigar as ideias presentes que emanam dos espaços interiores da subjetividade. O giro linguístico contribuiu, desse modo, para que a ciência se voltasse para o mundo das produções discursivas, público e passível de ser objetivado (Gracia, 2005, p. 21).

Nessa perspectiva, a linguagem não era mais vista como veículo para expressar nossas ideias, passando a ser compreendida como condição do próprio pensamento e como forma de agir sobre o mundo: “[...] a linguagem faz muito mais que representar o mundo, porque é basicamente um instrumento para ‘fazer coisas’. A linguagem não só ‘faz pensamento’, como também ‘faz realidades’” (Gracia, 2005, p. 33). Além de ser ação sobre o mundo, a linguagem é “ação sobre os demais”, constituindo-se em um dos principais instrumentos a que recorreremos para incidir com maior ou menor êxito sobre nossos semelhantes (Gracia, 2005, p. 40).

Sendo constitutiva da realidade e instrumento para atuarmos sobre o mundo e sobre os outros, a linguagem influencia também as relações e práticas sociais (Carter, 2013, p. 583; Gracia, 2005, p. 41). Assim, não podemos ir além da linguagem para pensar, ler, teorizar ou escrever, pois os significados não existem previamente à sua expressão linguística, mas é a linguagem que os cria. “As leis da natureza, por exemplo, na verdade não existem na natureza, mas são apenas narrativas, descrições linguísticas do mundo físico e material da natureza”^{viii} (Macintosh, 2007, p. 4). Essa afirmação não desconsidera, é claro, a existência de um mundo físico e sensorial anterior à linguagem. A discussão aqui é acerca da produção do conhecimento e do pensamento sobre esse mundo físico e sensorial, que, no caso, são linguísticos.

O giro linguístico produziu uma profunda mudança nas ciências ao reconhecer que não pode haver uma relação direta entre teorias e realidade, na medida em que a linguagem se interpõe entre elas. Isso não quer dizer que o significado não é possível, mas que os discursos apenas significam em virtude das convenções e dos usos comuns de uma comunidade particular de falantes (Macintosh, 2007, p. 15).

Algumas opções metodológicas e, especialmente, a ênfase na linguagem como discurso acabaram se convertendo em novas perspectivas teóricas, como a análise do discurso, por meio da qual se pode analisar os processos sociais (Iñiguez, 2005a, p. 51).

Assim, pode-se afirmar que métodos como a análise de conteúdo e a análise do discurso nasceram a partir do reconhecimento do papel da linguagem nas ciências humanas e sociais e que,

levá-la em consideração poderia ter um grande interesse metodológico para o desenvolvimento da ciência e do pensamento sociais. Naquele momento, aproveitaram-se das experiências acumuladas da linguística e dos estudos da comunicação para completar, e às vezes substituir, o arsenal de técnicas e procedimentos metodológicos disponíveis. (Iñiguez, 2005a, p. 97).

A análise do discurso se constitui como “uma das áreas que melhor representa a inclusão da linguagem na compreensão dos processos sociais” (Iñiguez, 2005b, p. 105) e, devido ao crescente interesse dos vários campos do saber, em relação às formas do uso da linguagem e dos textos, a expressão “giro linguístico” pode ser substituída por “giro discursivo” (Dijk, 2005, p. 7).

As teorias discursivas evidenciam que é impossível ler ou escrever um texto sem conhecimento prévio sobre linguagem, discurso, comunicação e o mundo. Esse conhecimento é compartilhado socialmente e regula a ação, a interação, o discurso e as práticas sociais. Nesse sentido, a linguagem, o discurso e o conhecimento são, essencialmente, sociais (Dijk, 2005, p. 9).

Não estamos afirmando, contudo, que a sociedade seja apenas discursiva, como nos provam a pobreza, a fome, a violência,

no entanto, nosso pensamento, nossa interpretação e nossa comunicação sobre esses problemas são, na maior parte das vezes, expressos ou reproduzidos através do texto ou da fala e muitas vezes constituídos discursivamente. O que a maioria de nós sabemos sobre esses problemas sociais fundamentais é o que lemos sobre eles no jornal ou em livros ou o que vemos na televisão, e com isso esse conhecimento e muito de seus formatos são construídos discursivamente desde o começo; e o mesmo ocorre com muitas das maneiras que usamos para falar sobre eles e agir a seu favor ou contra eles. (Dijk, 2005, p. 13-14).

Como podemos observar, o enfoque sobre a nova compreensão da linguagem originada do giro linguístico teve grande influência nas ciências humanas e sociais, especialmente, com os estudos sobre "narratividade, dialogismo, hermenêutica, construção, análise conversacional, análise do discurso, análise retórica etc." (Gracia, 2005, p. 41). A linguagem tornou-se um fenômeno que não pode ser evitado por essas áreas ao tratarem dos seus objetos específicos, constituindo-se como "um elemento que todas as ciências humanas e sociais têm que interrogar para estabelecer seu próprio *status* epistemológico e para forjar um entendimento de si mesmas" (Gracia, 2005, p. 42).

Para a contabilidade, que é compreendida como a linguagem dos negócios e, atualmente, também, como a linguagem do setor público, parece clara a relevância das discussões que emergiram das teorias do giro linguístico (Macintosh, 2007, p. 4).

Essa visão da contabilidade afasta-se da perspectiva informacional – influenciada pelas teorias econômicas tradicionais – ao compreender "os relatórios contábeis como narrativas que contam uma história importante sobre firmas específicas, uma história que frequentemente tem consequências materiais amplas e relevantes"^{ix} (Macintosh, 2007, p. 23). Desse modo, o fato de contadores igualmente qualificados elaborarem demonstrações financeiras diferentes para eventos e transações semelhantes não pode ser explicado pela visão informacional, pois esta supõe que a realidade de uma corporação existe de modo independente de contadores e auditores (Macintosh, 2007, p. 26).

Como observamos, o giro linguístico, ao entender a linguagem como um fenômeno mediado pelo social e com profunda influência nas relações e práticas sociais, levou a um questionamento do próprio fazer científico, afastando a noção de que haveria uma relação neutra e objetiva entre o ato de conhecer e o objeto do conhecimento. Essa perspectiva teve grande alcance teórico e metodológico nas ciências humanas e sociais e, portanto, na contabilidade, trazendo para as pesquisas contábeis a abordagem linguística e discursiva.

Assim, ao afirmar que a contabilidade não se apresenta como espelho da realidade, ela passa a ser entendida como um conjunto de práticas que opera na criação da realidade social por meio da linguagem (Ashraf, Muhammad, & Hopper, 2019, Arnold & Hammond, 1994, Cooper, 1980, Burchell *et al.*, 1980, Gallhofer & Haslam, 2003, Hopwood, 1983, 1987; Macintosh, 2007, 2009, Miller, 1994, Morgan, 1988, Roberts & Scapens, 2005).

O papel da contabilidade na criação da realidade social pode ser estudado reconhecendo seu contexto discursivo, observando como discursos estratégicos e concorrentes podem ser mobilizados nas disputas de poder (Lim, 2000). Dessa forma, nenhuma prática social pode ser estudada fora do ambiente em que emergiu (Hopwood, 1983, 1987). Logo, podemos afirmar que a legitimidade da contabilidade é o resultado de batalhas discursivas históricas e contínuas embutidas na sociedade e suas instituições (Macintosh, 2007, p. 127).

O fato de que a mesma informação pode ser utilizada de modo concorrente e complementar comprova que a informação contábil não é objetiva, pois pode fundamentar diferentes posições discursivas (Frezatti, Carter, & Barroso, 2014, Macintosh, 2007). As informações contábeis, como qualquer outro tipo de informação, não resolvem problemas, mas fornecem uma base para a interpretação e compreensão desses problemas e das oportunidades organizacionais (Frezatti, Carter, & Barroso, 2014).

Considerando o uso da contabilidade em contextos de disputas, evidencia-se que a informação contábil pode assumir uma multiplicidade de significados sociais, servindo como um fenômeno ideológico (Burchell *et al.*, 1980). Esse também é o entendimento assumido por autores como Hines (1988), Morgan (1988) e Macintosh (2007; 2009).

Em posicionamento análogo às discussões relacionadas ao giro linguístico, a realidade não existe dissociada dos conceitos, normas, linguagem e comportamentos dos sujeitos, os quais criam as relações sociais, ao mesmo tempo que instituem as suas condições de reprodução. Do mesmo modo, não se pode entender o discurso contábil como livre e isento, pois está atrelado, muitas vezes, à manutenção do *status quo*, buscando obscurecer os papéis da contabilidade nesse processo (Hines, 1988, Morgan, 1988).

Os discursos contábeis são reconstruídos e reinterpretados a partir de bases sociais e políticas (Hines, 1988, Morgan, 1988) e, por isso, a realidade é representada de maneira limitada e unilateral e não de forma objetiva como prescreve o pensamento dominante na contabilidade (Morgan, 1988). As tecnologias implantadas pela contabilidade também operam na regulação do comportamento individual, ao incentivar determinadas atividades em detrimento de outras, instituindo padrões, regras e diretrizes que estabelecem normas que buscam garantir a conformidade nos comportamentos (Walker, 2016, p. 46).

Portanto, a preocupação com a verdade e fidelidade representacional das estruturas e políticas contábeis é equivocada. Isso porque, ainda que haja um mundo independente da linguagem, a única maneira de entendê-lo é por meio das estruturas linguísticas, que são uma realização social, humana e, parcialmente, mediadas pelas estruturas sociais (Macintosh, 2007, 2009).

Embora, num contexto de economia neoclássica, a contabilidade seja associada às noções de eficiência, neutralidade, liberdade, alocação justa, construindo-se, o discurso contábil, como algo certo e extremamente difícil de questionar, esse discurso não pode ser dissociado dos efeitos das práticas ideológicas e sociais. A contabilidade é um discurso particular influenciado por determinados significantes, como lucro, eficiência, capital, eficácia, receita, os quais em nossa atual ordem ideológica são vistos como naturalmente positivos e cuja significação material a ideologia exclui, produzindo certos fechamentos de sentido (Cooper, 1995).

Contribui também para assegurar à contabilidade uma aura de tangibilidade e confiabilidade, o fato de ela apoiar-se em números que, embora sejam arbitrários e não referenciais, são úteis comercial e socialmente por possuírem propriedades que podem ser observadas, verificadas e previsíveis (Macintosh, 2007, p. 127). Atuam ainda no processo de objetivação do discurso contábil as remoções e abstrações das condições sociais em que os cálculos contábeis são feitos pois, ao excluírem representações alternativas, narrativas e posições de valor, resultam em um discurso público e descontextualizado (Ding & Graham, 2007, p. 562).

Essa aura contábil de objetividade e confiabilidade é apenas um efeito de sentido, pois, ao operar discursivamente, a contabilidade tem implicações incertas e não determinísticas.

Como já afirmado, os sistemas contábeis operam na mediação de interesses divergentes e criam uma estrutura simbólica por meio da qual o discurso ocorre e a ação pode ser alcançada (Burchell *et al.*, 1980, Ding & Graham, 2007).

De acordo com essas afirmações, são as próprias práticas discursivas que criam, modificam e delineiam os sentidos dos objetos dos quais tratam. O objeto, portanto, não preexiste à sua manifestação discursiva, mas recebe sentido sob um conjunto complexo de relações culturais, sociais, econômicas e institucionais. Como exemplo, podemos citar a própria noção de lucro líquido que, no discurso contábil dominante, significa, na mente dos usuários da informação, os rendimentos gerados pela corporação e que devem ser acumulados para os acionistas, que, por sua vez, podem transferi-los para suas riquezas pessoais. Todavia, considerando que o sentido é o resultado de disputas sociais em contextos históricos, questionamentos acerca desse discurso dominante poderiam atribuir ao lucro líquido outros sentidos, como: “contabilidade da usura, significando a quantidade de pecado, medido em termos monetários cometidos pelos acionistas – como era o caso de algumas comunidades medievais”^x; ou como contabilidade do trabalho explorado, “significando a perda líquida, a quantia em dinheiro do trabalho explorado, para os empregados e força de trabalho que produziu o lucro líquido”^{xi} (Macintosh, 2007, p. 13-14).

A linguagem contábil dá materialidade às relações sociais, tornando-as visíveis fora das ações organizacionais e das consequências que influenciaram os sistemas contábeis (Burchell *et al.*, 1980, p. 17). Ao representar o que é visível, a contabilidade molda o discurso de modo assimétrico e especializado. Além disso, como “a especialização contábil é distribuída de forma desigual, a contabilidade serve particularmente como uma ferramenta para indivíduos e organizações que obtêm vantagem dessa assimetria e conhecimento”^{xii} (Ding & Graham, 2007, p. 562).

Como o mundo é inteligível apenas por meio do discurso e a subjetividade é constituída linguisticamente e discursivamente, a aquisição da linguagem contábil exerce uma influência importante na construção da nossa subjetividade. Nesse contexto, o papel da contabilidade nos oferece um modo por meio do qual podemos “compreender o processo invisível de controle social no qual ‘voluntariamente’ adotamos as posições e ações do sujeito necessárias à continuidade da formação social; como ‘permitimos’ os fechamentos e o domínio de certos significantes”^{xiii} (Cooper, 1995, p. 181).

Contudo, ainda que o sujeito seja ideologicamente constituído pelos discursos que assimila, isso não significa que uma linguagem, uma vez adquirida, influencie sua subjetividade de forma linear, pois as pessoas possuem uma consciência dual que pode surgir à medida que elas assimilam cursos diferentes ou vivenciam experiências que não correspondem às expectativas discursivas (Cooper, 1995).

A contabilidade, num viés discursivo, pode, pois, assumir diferentes significados que sustentam perspectivas e interesses conflitantes num cenário de desacordo. Ao compreender a contabilidade como uma prática social e discursiva, a preocupação dos estudos da área deve voltar-se para o entendimento da maneira pela qual ela se incorporou nas diversas áreas da vida social e econômica. Ela é, portanto, política, intervindo sobre as ações dos indivíduos, entidades e processos com o intuito de transformá-los e de alcançar fins específicos (Miller, 1994).

Portanto, para entender os diferentes papéis desempenhados pelas informações contábeis durante um processo de disputa e negociação, é importante também estar familiarizado com o contexto social em que as informações contábeis são utilizadas (Amernic,

1985, p. 227), pois os “fatos não têm significado isolado do ambiente”^{xiv} (Evered & Louis, 1981, p. 390).

5. Considerações Finais

A partir da abordagem crítica da contabilidade, que a entende como uma prática social, este ensaio buscou aprofundar a discussão acerca dessa questão, associando tal perspectiva aos papéis da contabilidade na ação social e aos estudos da linguagem enquanto prática discursiva.

No que se refere aos papéis da contabilidade, vimos como a proposição de Burchell *et al.* (1980), sobre o funcionamento da contabilidade como máquinas na criação de racionalidades e missões em contextos de incertezas e disputas, podem-nos auxiliar no esclarecimento das consequências e objetivos dos usos da informação contábil. Os sistemas contábeis têm a faculdade, portanto, de influenciar a linguagem, as categorias, a forma e, até mesmo, o momento em que o debate ocorre.

Nesse sentido, sendo a contabilidade entendida como linguagem dos negócios, defendemos ainda a relevância das teorias da linguagem e do discurso como arcabouço teórico-metodológico para a compreensão da atuação da contabilidade no meio social.

Ao considerarmos o papel central da linguagem na construção das relações sociais e que a contabilidade, enquanto prática social, é uma manifestação linguístico-discursiva, sustentamos que o caráter de objetividade e confiabilidade atribuído à contabilidade é apenas um efeito de sentido, que opera discursivamente no intuito de mascarar as incertezas e as disputas de poder subjacentes aos usos da contabilidade, especialmente em contextos de conflitos. Nesses contextos, a contabilidade opera na mediação de interesses divergentes e cria uma estrutura simbólica por meio da qual o discurso ocorre e a ação pode ser alcançada (Burchell *et al.*, 1980, Ding & Graham, 2007). Dessa forma, longe de ser um mecanismo neutro, a contabilidade assume fins ideológicos que podem ser apropriados de forma divergente pelas partes em conflito (Miller, 2000), sendo fundamental que se analisem seus usos de forma contextualizada.

Assim, num viés discursivo, a contabilidade pode assumir significados diversos e até opostos para sustentar perspectivas e interesses conflitantes. Nesse cenário, os estudos em contabilidade devem se preocupar com o entendimento de como o discurso contábil intervém na vida social, nas ações dos indivíduos e nos processos político-institucionais, transformando-os com vistas a alcançar determinados fins.

Referências

- Amernic, J. H. (1985). The roles of accounting in collective bargaining. *Accounting, Organizations and Society*, 10(2), 227-253.
- Ansari, S., & Euske, K. J. (1987). Rational, rationalizing, and reifying uses of accounting data in organizations. *Accounting, Organizations and Society*, 12(6), 549-570.
- Arnold, P., & Hammond, T. (1994). The role of accounting in ideological conflict: lessons from the South African divestment movement. *Accounting, Organization and Society*, 19(2), 111-126.

- Ashraf, M. J., Muhammad, F., & Hopper, T. (2019). Accounting signifiers, political discourse, popular resistance and legal identity during Pakistan Steel Mills attempted privatization. *Critical Perspective on Accounting*, 60, 18-43.
- Burchell, S., Clubb, C., Hopwood, A.; Hughes, J., & Nahapiet, J. (1980). The roles of accounting in Organizations and society. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), 5-21.
- Carter, P. M. (2013). Poststructuralist Theory and Sociolinguistics: Mapping the Linguistic Turn in Social Theory. *Language and Linguistics Compass*, 7(11), 580-596.
- Chenhall, R. H., Hall, M., & Smith, D. (2017). The expressive role of performance measurement systems: a field study of a mental health development project. *Accounting, Organizations and Society*, 63, 60-75.
- Christensen, M., Skærbæk, P., & Tryggestad, K. (2019). Contested organizational change and accounting in trials of incompatibility. *Management Accounting Research*, 45, 1-14.
- Cooper, D. (1980). Discussion of towards a political economy of accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), 161-166.
- Cooper, C. (1995). Ideology, hegemony and accounting discourse: a case study of the national union of journalists. *Critical Perspectives on Accounting*, 6, 175-209.
- Dijk, T. A. van (2005). O giro discursivo. In L. Iñiguez (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. (pp. 7-14). (2a ed.V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Ding, S., & Graham, C. (2007). Accounting and the reduction of state-owned stock in China. *Critical Perspectives on Accounting*, 18, 559-580.
- Englund, H., Gerdin, J., & Burns, J. (2011). 25 Years of Giddens in accounting research: Achievements, limitations and the future. *Accounting, Organizations and Society*, 36, 494-513.
- Evered, R., & Louis, M. R. (1981). Alternative perspectives in the organizational sciences: "inquiry from the inside" and "inquiry from the outside". *Academy of Management Review*, 6(3), 385-395.
- Frezatti, F., Carter, D. B., & Barroso, M. F. G. (2014). Accounting without accounting: Informational proxies and the construction of organisational discourses. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(3), 426-464.
- Gallhofer, S., & Haslam, J. (2003). *Accounting and emancipation: some critical interventions*. New York: Routledge.
- Gallhofer, S., & Haslam, J. (1991). The aura of accounting in the context of a crisis: Germany and the First World War. *Accounting, Organizations and Society*, 16(5/6), 487-520.

- Gracia, T. I. (2005). O giro linguístico. In: Iñiguez, L. (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 19-49). (2a ed., V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Hines, R. D. (1988). Financial accounting: in communicating reality, we construct reality. *Accounting, Organizations and Society*, 13(3), 251-261.
- Hopwood, A. G. (1983). On trying to study accounting in the context in which it operates. *Accounting, Organizations and Society*, 8(2-3), 287-305.
- Hopwood, A. G. (1987). The archaeology of accounting systems. *Accounting, Organizations and Society*, 12(3), 207-234.
- Iñiguez, L. (2005a). A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In L. Iñiguez (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. (pp. 50-104). (2a ed., V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Iñiguez, L. (2005b). A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In L. Iñiguez, (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. (pp. 105-160). (2a ed., V. L. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Laughlin, R. (1999). Critical accounting: nature, progress and prognosis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 12(1), 73-78.
- Lim, G. S. Z. (2000). *From strategy, to accounting - accounting practice and strategic discourse in the telecommunications industry*. (Doctoral dissertation). Warwick Business School, University of Warwick, Coventry, West Midlands, England.
- Macintosh, N. B. (2007). *Accounting, accountants and accountability: poststructuralist positions*. London/New York: Routledge.
- Macintosh, N. B. (2009). Accounting and the truth of earnings reports: philosophical considerations. *European Accounting Review*, 18(1), 141-175.
- Macintosh, N. B., & Scapens, R. W. (1990). Structuration theory in management accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 15(5), 455-477.
- Miller, P. (1994). Accounting as social and institutional practice: an introduction. In A. G. Hopwood, & P. Miller (Eds.). *Accounting as social and institutional practice*. (pp. 1-39). Cambridge: Cambridge University Press.
- Miller, P., & Power, M. (2013). Accounting, organizing and economizing: connecting accounting research and organization theory. *The Academy of Management Annals*, 7(1), 557-605.

Morgan, G. (1988). Accounting as reality construction: towards a new epistemology for accounting practice. *Accounting, Organizations and Society*, 13(5), 477-485.

Mouritsen, J., & Kreiner, K. (2016). Accounting, decisions and promises. *Accounting, Organizations and Society*, 49, 21-31.

Neu, D., & Taylor, A. (1996). Accounting and the politics of divestment. *Critical Perspectives on Accounting*, 7, 437-460.

Roberts, J., & Scapens, R. W. (2005). Accounting systems and systems of accountability – understanding accounting practices in their organizational contexts. In N. B. Macintosh, & T. Hopper. *Accounting, the social and the political: classics, contemporary and beyond*. (pp. 67-72). Oxford: Elsevier.

Rowe, C., Shields, M. D., & Birnberg, J. G. (2012). Hardening soft accounting information: games for planning organizational change. *Accounting, Organizations and Society*, 37, 260-279.

Silva, S. M. C., & Casa Nova, S. P. C. (2018). Pesquisa qualitativa ou qualidade em pesquisa? Um exemplo de contribuição sócio-humanista em pesquisa contábil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(1), 120-141.

Surkis, J. (2012). When was the linguistic turn? a genealogy. *The American Historical Review*, 117(3), 700-722.

Walker, S. P. (2016). Revisiting the roles of accounting in society. *Accounting, Organizations and Society*, 49, 41-50.

ⁱ Tradução livre de: “[...] has been seen as implicated in the operationalization of dominant economic and social distinctions, the creation of symbolic boundaries between competing social agents and the provision of a basis on which rationales and missions can be constructed and furthered”.

ⁱⁱ Tradução livre de: “Natural uses of information were identified as those roles which emphasized the way in which people in organizations are influenced by and in turn, attempt to influence information systems”.

ⁱⁱⁱ Tradução livre de: “[...] using information to motivate individual and group behavior, strategic use of information to assert self-interests and exercise power, and the use of information as ammunition to justify actions.”

^{iv} Tradução livre de: “[...] a symbolic order within which social agents can interact.”

^v Tradução livre de: “[...] the Burchell et al. framework help us to see how accounting was used to construct or delimit what could be said about the event.”

^{vi} Tradução livre de: “[...] the same accounting system can be used to serve even a different variety of ends as it is used by different actors in different ways”.

vii Tradução livre de: "Rationalisation is ex post, which implies that accounting hides a fundamental organizational hypocrisy [...] Occasionally, solutions exist independently of problems and concerns and merely awaits an opportunity for becoming a decision outcome [...] Accounting produces the "evidence" for decision makers to claim that the pre-existing solution is in fact a solution to the problems that constituted the decision opportunity".

viii Tradução livre de: "The laws of nature, for example, do not actually exist in nature, but are only narratives, linguistic descriptions of the physical and material world of nature"

ix Tradução livre de: "[...] accounting reports as narratives which tell an important story about specific firms, a story which frequently has widespread and major material consequences".

x Tradução livre de: "[...] usury account signifying the quantity of sin, as measured in monetary terms, committed by share owners – as was the case in some communities in medieval times."

xi Tradução livre de: "[...] signifying the net loss, the money amount of exploited wage labour, to the employees and the workforce who produced the net income."

xii Tradução livre de: "[...] accounting expertise is unevenly distributed, accounting particularly serves as a tool for those individuals and organizations that gain advantage from this asymmetry and expertise."

xiii Tradução livre de: "[...] comprehending the invisible process of social control in which we "willingly" adopt the subject positions and actions necessary to the continuance of the social formation; how we "allow" closures and the dominance of certain signifiers."

xiv Tradução livre de: "Facts have no meaning in isolation from the setting."